

ESPECIAL

“Morro, Horácio, o veneno me domina.
(...) O resto é silêncio.”

(Hamlet, de William Shakespeare)

Intoxicação em postos do GHC completa 13 anos

Em 2 de maio último, uma das 154 pessoas expostas a veneno em uma desinsetização de postos de saúde do GHC, em 1999, finalmente obteve a confirmação do seu direito na Justiça. Outras vítimas aguardam indenizações e o reconhecimento do acidente para regularizar aposentadorias

► Por César Fraga

Imagine que um grupo terrorista realizasse ataques com armas químicas em oito postos de saúde da capital gaúcha, causando a intoxicação de mais de uma centena de pessoas e que dezenas delas tivessem sequelas permanentes para o resto de suas vidas. Certamente haveria comoção e farta repercussão midiática. Pois, um acidente com estas exatas proporções ocorreu há 13 anos em Porto Alegre, com repercussão mínima. Não foi provocado por terroristas, mas por uma desinsetização mal feita e com um produto inapropriado para o ambiente hospitalar. Pelo menos 154 pessoas foram contaminadas com um veneno organo-fosforado, o clorpirrifós, que utiliza o mesmo princípio do gás sarin, usado no atentado ao metrô de Tóquio, em 1995. Trata-se da maior intoxicação coletiva por pesticida da história gaúcha (e talvez do Brasil) de que se tem notícia. O clorpirrifós, proibido em diversos países, é fabricado pela Dow Brasil, subsidiária da multinacional The Dow Chemical Company e vendido com o nome Dursban. A indústria está envolvida direta e indiretamente em vários incidentes pelo mundo (ver box). Ainda, conforme diz a capa de seu site, “é a indústria química oficial dos jogos olímpicos até 2020”.

O CASO – Em junho de 1999, uma franqueada da Desentupidora Cometa, a Rotor System,

realizou uma desinsetização e desratização, quando foram intoxicados com clorpirrifós: médicos, enfermeiras, agentes de saúde e auxiliares de oito postos de serviço de saúde comunitária do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), complexo de hospitais e postos de saúde controlado pelo Ministério da Saúde, na capital gaúcha. Ao todo, 154 pessoas, destas, 112 apresentaram sintomas agudos e mais de um terço ficou inválida e com problemas crônicos. Os postos atingidos foram: Nª Sª Aparecida, Barão de Bagé, Costa e Silva, Divina Providência, Jardim Itu, Jardim Leopoldina, Parque dos Maíás, Santíssima Trindade. Os dados são do relatório de Lenine Alves de Carvalho, consultor em Toxicologia, contratado pelo GHC logo após o acidente.

POPULAÇÃO – É impossível estimar quantos usuários dos serviços na época tiveram algum nível de contato com o produto, usaram medicamentos, materiais ou leite em pó contaminados, na maioria crianças, gestantes, mulheres em fase de amamentação e até mesmo jovens médicos residentes. Estes, devido à alta rotatividade, embora haja registro documentado de queixas relativas a sintomas, não seguiram sendo monitorados pelo GHC. O que se sabe, de acordo com o noticiário da época, que teve seu foco na falta de atendimento à população, é que dias depois do acidente houve fechamento temporário das unidades, deixando 80 mil usuários sem serviços de saúde por 15 dias, o que dá a dimensão de quantas pessoas

frequentavam diariamente os locais e que podem ter sido contaminadas no período seguinte à desinsetização, pois alguns postos ficaram até mesmo uma semana em funcionamento normal depois da contaminação. Em alguns locais a aplicação foi realizada com os postos em funcionamento.

DOENÇAS – Dos funcionários do GHC, mais de um terço desenvolveu patologias graves associadas ao episódio e sequelas para toda a vida, todas associadas ao clorpirrifós. Artrite, fibromialgia, depressão, tentativas de suicídio, alterações no ciclo menstrual, fadiga, pesadelos, insônia, lesões dermatológicas, irritabilidade, disfunção na tireoide, dores musculares, sensibilidade a produtos químicos e problemas hepáticos assombram os últimos 13 anos de vida dos intoxicados no GHC. Três faleceram de câncer sem que o nexo causal com a doença tenha sido reconhecido. Entre os que adoeceram, há informações de uma psicóloga que abandonou a carreira por invalidez, um médico ficou sem audição, além de inúmeros casos graves de depressão, distúrbios comportamentais, entre outras causas de invalidez. Por medo de perder o emprego, muitos se calaram sobre os sintomas ou demoraram a buscar seus direitos. Há relatos de profissionais que seguiram trabalhando nos postos, sobre usuários que foram expostos na época e também teriam apresentado sintomas semelhantes. Outros estão apresentando sintomas retardatários ainda hoje.

SILÊNCIO – Até agora, fora do círculo de convivência dos envolvidos e do Judiciário, quase ninguém sabe sobre o fato, a não ser das poucas linhas publicadas na imprensa local, duas reportagens realizadas cinco anos depois do ocorrido. Uma delas feita pela jornalista Clarinha Glock, no *Extra Classe*, em 2008 sobre agrotóxicos, mencionando o episódio, e outra do jornalista José Alberto Gonçalves, na revista *Galileu*, sob o título *A intoxicação abafada*, em 2003, em que denunciava o caso e acabou sensibilizando o Ministério Público Federal, que moveu

ação pública pela proibição da substância para uso doméstico, o que veio a ocorrer. JUSTIÇA – Conforme as advogadas Bettina Maciel e Clarisse Barcellos, que representam 30 das vítimas, os funcionários que conquistaram o reconhecimento da responsabilidade do GHC na Justiça obtiveram diferentes níveis de indenização e auxílio para os tratamentos médicos no próprio GHC. Porém, poucas conseguiram a aposentadoria por acidente de trabalho. As demais foram aposentadas por invalidez e ainda pleiteiam o direito, que significaria

Sete erros

O médico que atendeu as vítimas no Centro de Referência Regional de Saúde do Trabalhador Santa Marta, Paulo Fabris, comparou o caso aos filmes dirigidos pelos Irmãos Cohen, que a partir de pequenos erros, com desdobramentos causados ora pelo descaso, ora por incompetência, geraram tragédias de proporções graves.

Neste caso, o acidente foi causado por uma sucessão de erros amplamente documentados no calhamaço de papéis que compõe os processos contra o GHC (responsável pelos postos), franquia da *Desentupidora Cometa* (chamada *Rotor System*, que realizou a desinsetização) e *Dow Agrosciences* (fabricante do organo-fosforado) e ações públicas movidas pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Trabalho.

A administração do GHC, em 1999, era comandada pelo então superintendente, Rogério Pires, cargo de confiança ligado ao PMDB, na época, partido aliado de Fernando Henri-



Paulo Fabris, médico do trabalho

que Cardoso em seu segundo mandato.

Tudo começou com uma dispensa de licitação para contratação do serviço, pois no verão anterior já havia sido feita uma desinsetização e desratização (licitada) do GHC, porém, na elaboração do contrato e do próprio pedido dos orçamentos, por descuido, os postos acabaram ficando de fora: erro número seis.

Apesar da equipe de Segurança no Trabalho ter elaborado um manual para esse tipo de procedimento, que foi

usado com empresa licitada meses antes do acidente sem maiores problemas, o mesmo manual foi desprezado durante os procedimentos da empresa contratada pela dispensa, a *Rotor System*, franquia da *Desentupidora Cometa*, sediada em São Paulo: erro número dois.

O setor de Segurança no Trabalho, que deveria acompanhar e fiscalizar a aplicação, não foi requisitado nem avisado do procedimento pelo setor de materiais: erro número três.

A empresa deveria ter utilizado um produto do tipo piretroide (de baixa toxicidade) e uti-

lizou o organo-fosforado, erro número quatro e o mais grave. Quando as vítimas começaram a apresentar sintomas de intoxicação, a franqueada da Cometa informou por telefone que havia usado o piretroide, só assumindo a verdade dias depois, erro número cinco. Em decorrência da falsa informação, os procedimentos de ventilação dos postos foram encaminhados de maneira oposta ao que deveria, expondo ainda mais pessoas ao veneno, erro número seis.

Como as informações sobre o produto usado não batiam com os sintomas, não foi aplicada atropina nos pacientes, que seria o antídoto recomendado para organo-fosforado, erro número sete. ESTIGMA – “Elas chegaram no Santa Marta cerca de um ano depois, individualmente e todas com os mesmos sintomas. Logo ficou claro que, num grupo que tinha esse acidente em comum, não seria coincidência que antes fossem pessoas relativamente saudáveis e depois do acidente apresentassem os mesmos problemas. Então montamos um grupo de apoio que funciona até hoje”, explica Fabris. “Elas, no GHC, eram consideradas malucas pois os sintomas eram estranhos aos médicos de lá e até mesmo entre os colegas. Ninguém se deu conta de que era uma intoxicação e com consequências graves e, apesar de vítimas, acabaram sendo muito estigmatizadas”, completa.

vestibular Fatipuc

30 de junho - 14 horas

Licenciatura em Letras pela Neopedagogia da Gramática

Tecnólogo em Radiologia Curso Superior de Tecnologia

Inscrições até 29/06/2012 pelo site www.ipuc.edu.br

Av. Guilheme Schell, 5000 - Centro - Canoas - RS - Fone: 51 - 2103.3000 - www.ipuc.edu.br

IX SEMINÁRIO SOBRE NEOPEDAGOGIA DA GRAMÁTICA

Objetivo: Apresentar e debater novas técnicas de levar ao domínio gramatical.

Datas: 27 e 28 de julho de 2012.

Carga horária: 20 horas/aula

Investimento: R\$ 50,00 (O participante receberá duas obras: Neopedagogia da Gramática e Carta Magna da Língua Portuguesa).

Programação completa e inscrições: www.ipuc.edu.br

ESPECIAL

Demitida por queixar-se de dores

Ana Aline Borré da Fontoura, 52 anos, auxiliar de Enfermagem, Posto Bagé, trabalhava atendendo a população do local onde a intoxicação foi mais grave. Depois de 13 anos, banca sozinha seus tratamentos e não teve qualquer tipo de auxílio do GHC. No caos em que se transformou sua vida após o acidente, desfez um casamento de 20 anos, perdeu a vida profissional, as relações familiares se complicaram e, não fosse uma herança de família, um imóvel no valor de R\$ 100 mil, não teria conseguido pagar remédios, exames e as constantes interações. Sofre de depressão, artrose, síndrome de túnel de carpo, obesidade, hipotireoidismo e fibromialgia. Atualmente conta com a ajuda do filho de 19 anos, que acompanhou desde o nascimento e do nexo entre o acidente de trabalho e as doenças que desenvolveu. Além dos quadros causados pelo clorpirrifós, tem uma grave artrite que lhe retirou a capacidade de trabalhar e a mobilidade.



Ana Aline ainda busca seus direitos na Justiça

coceras pelo corpo. Então ela disse, pessoal, estamos com uma intoxicação. Foi então que fomos para o serviço médico do Conceição.

De lá nos enviaram para o Hospital Cristo Redentor, onde fizemos aplicação de *Desadron* na emergência, quando na realidade deveria ter sido feita atropina. Recebíamos de ter sido encaminhadas a uma UTI e recebido doses a cada 15 minutos de *Atropina* durante 48 horas para hoje não termos sequelas da intoxicação. Nesse meio tempo, o dr. Lelene foi chamado. Depois disso, ficamos 15 dias afastados, mas para não ultrapassar o prazo de ingresso no INSS, então o GHC nos deixou mais 15 dias afastados, mas com o ponto abonado enquanto faziam a limpeza do posto e exame do ar. Isso foi uma espécie de confissão de culpa e agiram de má fé.

No momento em que nos abonaram a folha prejudicaram nosso direito futuro ao reconheci-

“É duro falar daquilo que me tirou da vida”

Maria Helena Inácio (foto na página 14), 46 anos, agente de Saúde Comunitária, atuava no posto Santíssima Trindade, na Vila Dique. Ela gostaria de estar aposentada por acidente de trabalho e não por invalidez. Já tentou suicídio várias vezes, pensamento que lhe é recorrente. Segundo ela, não leva o projeto a cabo graças à neta. Quedas sem aviso são comuns entre os intoxicados. Numa delas, há poucos meses, fraturou o braço direito, o que obrigou à colocação de uma prótese e um longo período de dependência de familiares para rotinas básicas.

É muito difícil falar nisso. Foram anos de audiências, consultas médicas, perícias, reviver o episódio sempre me faz passar muito mal e chorar muito. Mesmo achando tudo isso ruim, é necessário falar. As pessoas precisam saber o que houve comigo e com minhas colegas. É duro falar daquilo

mento do Acidente de Trabalho. Se estivéssemos com o atestado médico e a partir dos 15 dias pelo INSS, haveria o reconhecimento imediato do CAT. Depois de tudo isso, voltamos a trabalhar e o cheiro permanecia. Os prontuários contaminados continuaram a ser usados e o papel absorve muito o veneno, dava para sentir o cheiro. Mais tarde, em setembro de 2000, houve um temporal e o posto destelhou. Numa segunda-feira, havia crianças chegando com febre, pessoas muito pobres, dava pena de ver. Ajudei a secar a sala de enfermagem e algumas outras dependências. Logo começou a brotar vermelhões dos meus braços. O forro e o teto era aquele compensado com o gesso palha, o que facilitava que o organo-fosforado ficasse depositado. Quando a médica chegou eu estava toda vermelha no rosto, tudo ensaboadado. Respondi a ela que havia ajudado a limpar para poder dar o primeiro atendimento às crianças.

Com o tempo também comeci a ter dificuldades com a mão, que foi quando me deu a Síndrome do Túnel do Carpo. Eu perdi 10% da função do nervo mediano. Fui demitida em janeiro de 2001 em plenas férias com mais três colegas, justamente por reclamar de dores após o episódio. De uns três anos para cá comeci a ter outros sintomas, chamados retardatários: perna direita totalmente dormente do joelho para baixo, uma espécie de alergia nos pés e coceras nos braços.

Sempre digo que fui a laranja podre que resolveram tirar do meio das sãs para não contaminar. Pelo menos foi assim que me senti. A gente quer ter um fim de vida um pouquinho melhor, mas é difícil. Enquanto é tempo de uma vida um pouquinho melhor sem depender dos outros. Ali adiante vou precisar de alguém até para fazer minha higiene e como vai ser? Onde está a Justiça do RS que deveria priorizar casos como o meu?

me dá vida. Eu tenho muita dor, esquecimento, insônia, caminho com dificuldade. Nem sei explicar algumas coisas que acontecem. Não ando em linha reta. Quedas bobas são constantes. Quando tudo isso começou pensei: “quanto tempo ainda vou viver deste jeito”. No começo achei que ficaria afastada por algum tempo, faria um bom tratamento e depois retornaria à vida normal e ao trabalho. O meu trabalho era uma das coisas que mais gostava de fazer. Tu és o profissional de saúde e de repente passa a ser o paciente sem ter quem te ajude. Nós passamos da condição de cuidadores a de sermos cuidados, e muitas vezes sem o merecido cuidado. Isso é muito doloroso. É uma injustiça que fazem com a gente. Com todos os laudos mostrando que estamos doentes, com dificuldades, com várias perdas e ainda temos de passar por novas perícias médicas, passar por humilhação.

Era bailarina, hoje tem artrite crônica

Lourdes Teresinha Magalhães Lopes, 49 anos, técnica em Segurança do Trabalho, participou da apuração do caso para identificar o veneno, na reabertura dos postos e nos procedimentos de descontaminação. Seguiu trabalhando até 2003, trajetória que foi interrompida pelas dores constantes. Foi uma das pessoas que mais sofreu exposição ao clorpirrifós, pois passou mais de 15 dias trabalhando por cerca de 12 horas/dia em todos os postos. Antes do acidente fazia aulas de balé, era dirigente sindical, trabalhava, estudava e ainda sobrava tempo e energia para o marido e os dois filhos. Além dos sintomas usuais de hipotireoidismo e depressão, desenvolveu um quadro gravíssimo de artrite. Hoje não pode correr, dançar ou andar de bicicleta. Apenas caminhadas muito curtas. As dores e o cansaço são permanentes. Depende totalmente da dedicação do marido. Já foi cobaia de laboratórios e hoje conseguiu na Justiça que a farmácia do estado banque um agente biológico que custa R\$ 24 mil a dose, que precisa ser administrada a cada seis meses em duas doses quinzenais. Além deste, se vê obrigada a consumir um coquetel diário com mais de 24 medicações, algumas delas para agir nos efeitos colaterais de alguns dos remédios.

Em junho de 1999, o Serviço de Segurança do Trabalho do Hospital Conceição, do qual eu fazia parte como técnica de Segurança, foi chamado pelo Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), do GHC (atual Centro de Resultados da Saúde do Trabalhador). Eu e o engenheiro de Segurança Otávio Silva Priori fomos chamados a comparecer ao ambulatório de onde vinham vários relatos de funcionários que estavam se sentindo mal e levantando a questão de que talvez fosse causada por uma desinsetização. Os funcionários se queixavam muito. Me chamou a atenção uma funcionária, a Eloá, que havia sofrido um derrame nos olhos e estava com os olhos injetados, como se fosse saltar sangue da órbita. No Leopoldina ainda tinha poucas uma semana depois, inclusive na farmácia onde estavam acondicionados os medicamentos que eram oferecidos à população. Até mesmo na sala de enfermagem, embaixo das mesas, havia poças de veneno, porque os aplicadores haviam orientado a não secar e não lavar. Em alguns postos foi relatado que eles fizeram a aplicação do produto enquanto os pacientes eram atendidos. Em alguns postos não foi interrompido o atendimento para que se realizasse a aplicação, o que foi feito dentro do horário de expediente. Foi aí que comeci o meu envolvimento com o pessoal dos postos. Chegando lá, o cheiro era muito forte e o quadro era assustador. No local havia leite que era distribuído para a população.

No Barão de Bagé era época de vacina de idosos, geladeiras cheias de medicação. Os nebulizadores sequer foram lavados no dia seguinte para serem utilizados. Havia também painéis contaminados que foram usados pelos funcionários, pois os aplicadores disseram que não havia necessidade de higienizar e desocupar as peças para a aplicação. O pessoal fez chimarrão, utilizou as panelas para cozinhar. Todos consumiram água.

A maioria apresentava sintomas de gripe: coriza, dor no peito, dor de cabeça. Teve esse caso de derrame nos olhos e uma colega da limpeza relatou que “desmaiava em pé”. Estranhei o termo, depois soubemos que ela convulsionava. Então resolvi ir a mais dois postos, além desses três. Após relatar a situação ao meu superior, o engenheiro Otávio Priori, fomos falar com a chefe do serviço de Saúde Comunitária. O cheiro estava muito forte, estava em todas as dependências, inclusive onde existe medicação e no material usado nos pacientes. O sorro estava todo aberto, pois fora usado na nebulização das crianças porque era inverno. Quando coseguimos o nome do produto, o dr. Lenine, que era o consultor contratado, confirmou que o caso era gravíssimo e sugeriu o fechamento imediato dos postos, além do afastamento dos funcionários dos locais contaminados pois o produto era extremamente nocivo, usado para desinsetização de lavoura e que matava tudo o que estivesse sobre a terra. Depois de fechados os oito postos, eu fui com a vigilância sanitária e uma empresa que fazia amostragem de locais contaminados, a Pro-Am-biente. No posto da Barão de Bagé, o cheiro vinha no portão, a uma distância de mais ou menos 10 metros, com o prédio fechado, lacrado.

SINTOMAS

– Durante a desocupação, eu comeci a sentir uma dor no peito que associei a um problema de coluna. Na época, eu fazia balé clássico e trabalhávamos muito com as pernas, mas não tanto com os braços. Tinha um preparo físico excelente, com 18 horas de balé clássico por semana. No dia seguinte, dor no peito, inchaço nos olhos, cansaço. Até então nunca havia me imaginado intoxicada. Imagina, eu era da Segurança do Trabalho, não podia fazer parte do grupo dos intoxicados. É a falha total do sistema. Decorrido esse prazo, voltávamos todos os dias para o Hospital Conceição. Depois da desocupação e higienização, os funcionários ficaram com medo de voltar. Voltaram a trabalhar, mas alguns se queixavam de sintomas.

Me pediram que fizesse um relatório das atividades que foram realizadas, inclusive existe uma cópia anexada ao processo. Todas foram desenvolvidas dentro da área dos postos na tentativa de neutralizar os efeitos do veneno. Ele me pediu então que eu fosse aos oito postos e reunisse os funcionários para explicar o processo de descontaminação de que eu havia participado.



Lourdes Teresinha perdeu mobilidade com a artrite

Fiz isso em vários turnos, o que resultou em muitas conversas com os funcionários contaminados. Quando chegou o final de julho, eu comeci a sentir uma sensação estranha na ponta de um dos dedos da mão, como se tivesse algo tocando o tempo todo, não era dor. Com o tempo comeci a ficar mais forte. Depois foi se estendendo até a outra falange e comeci a doer. Em julho fiz um exame médico periódico. O médico do Trabalho não pediu exame nenhum. Tudo parecia normal.

Quando chegou novembro, já não conseguia fechar o botão das calças. Só percebi que precisava consertar porque fui ao mercado, me deram uma moeda e eu me dei conta que não conseguia mais fechar as mãos para guardá-la no bolso das calças. Comeci a tomar corticóides e anti-inflamatório e a dor só aumentando. Em janeiro, sai de férias e as dores pioraram enormemente. As pernas e os tornozelos incharam, já não podia escovar os dentes, pois não dava para segurar a escova. Queimava, a sensação era de que eu tinha moedas incandescentes nas mãos dia e noite. Foi piorando. Chegou aos cotovelos, sentia que articulação por articulação estavam se comprometendo. Chega uma hora em que parece que você está usando um pijama de madeira uns quatro números menores que o teu corpo. Ao ponto de acordar, mexer os olhos e já sentir todas as articulações doendo, sem poder mexer sequer o pescoço. Segui trabalhando até 2003. Quando chegou nas pernas e joelhos não deu mais, eu não conseguia mais caminhar e foi piorando. Minhas idas ao reumatologista foram se intensificando e eu nunca parei de fazer tratamento, de dezembro de 1999 até hoje. Não posso mais parar. Eu não conseguia ir ao banheiro sozinha.

GHC - O Grupo Hospitalar Conceição foi procurado, via assessoria de comunicação, por nossa reportagem inúmeras vezes durante a apuração. Até o fechamento desta edição o GHC não se manifestou sobre os fatos e andamento dos processos movidos contra ele, nem a respeito de qualquer questão que envolva este caso.